



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ROBERT KING HALL E A EDUCAÇÃO RURAL SERGIPANA**  
**(1947-1951)**

**ADRIANA MENDONÇA CUNHA**

São Cristóvão

Dezembro/2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ROBERT KING HALL E A EDUCAÇÃO RURAL SERGIPANA**  
**(1947-1951)**

**ADRIANA MENDONÇA CUNHA**

Graduanda em História pela UFS. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Intelectuais, Instituições e Práticas Escolares (UFS/CNPq).

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Graduada em História.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

São Cristóvão

Dezembro/2015

## **ROBERT KING HALL E A EDUCAÇÃO RURAL SERGIPANA**

**(1947-1951)**

**Resumo:** este trabalho analisa a criação de escolas primárias rurais em Sergipe, durante a gestão de José Rollemberg Leite (1947-1951), a partir da passagem do professor norte-americano Robert King Hall ao Estado, a fim de conhecer o projeto e ministrar um curso para professoras rurais sergipanas. Utiliza como fontes os relatórios produzidos por Hall, enquanto colaborador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) sobre a educação rural, jornais da época que publicaram matérias sobre o trabalho realizado pelo pesquisador no Brasil e decretos do presidente Eurico Gaspar Dutra e do governador José Rollemberg Leite, que discorrem a respeito das reformas educacionais empreendidas no período estudado. A análise das viagens de Hall se justifica pelo fato de que, embora ele tenha colaborado com o projeto e visitado Sergipe em duas ocasiões, sua atuação no Estado ainda não foi feita. O trabalho busca, então, identificar quais as incorporações realizadas ao modelo sergipano a partir das propostas apresentadas por Hall, quais as contribuições deste pesquisador e qual a relevância da sua colaboração junto ao centro de formação de professores rurais e de suas propostas para o ensino rural no Brasil. Portanto, este trabalho visa contribuir com a história da educação sergipana, tendo como foco principal a escola rural.

**Palavras-chave:** Educação Rural; Reformas Educacionais; Missões Culturais.

## INTRODUÇÃO:

Este trabalho analisa a criação de escolas primárias rurais em Sergipe a partir das viagens realizadas pelo pesquisador norte-americano Robert King Hall ao Estado a fim de conhecer o projeto e ministrar um curso para professoras sergipanas. Hall era professor do Teacher's College da Universidade de Columbia e realizava trabalho de consultoria para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão responsável pela coordenação do projeto.

O período analisado compreende a gestão de José Rollemberg Leite (1947-1951) como governador e de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950) como presidente do país. O Brasil passou por um intenso processo de industrialização e urbanização na década de 1940, que refletiram no campo educacional com a busca de reformas que pudessem atender às novas demandas exigidas pelo mercado de trabalho.

O mundo vivia o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e início da Guerra Fria, confronto ideológico entre os países vencedores do conflito, EUA e URSS. O Brasil que desde a guerra havia se posicionado ao lado dos EUA manteve sua aliança com o país e buscou uma maior aproximação no intuito de conquistar investimentos para seu desenvolvimento.

O clima de desconfiança mútua entre os soviéticos e americanos promoveram uma busca constante por aliados e regiões onde pudessem exercer sua influência. Preocupados com o avanço do comunismo, os norte-americanos passaram a investir em projetos econômicos e políticos em países subdesenvolvidos a fim de manter sua influência.

Neste contexto, se inserem as viagens de Robert King Hall ao Brasil durante a década de 1940. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, Hall trabalhou a serviço do governo estadunidense em missões culturais em diversos países da Ásia e América Latina. Viajou ao Brasil por diversas vezes para estudar a educação nacional. Tendo sido convidado em 1949, pelo diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Murilo Braga, para colaborar com o projeto de criação de escolas rurais que estava em curso no país.

O objetivo do plano era construir escolas nas regiões mais afastadas do país, a fim de combater os altos índices de analfabetismo e o êxodo rural. A estas escolas foi dado o papel de agente civilizador, cabendo-lhes promover uma aprendizagem que atendesse às novas necessidades nacionais.

Na pesquisa, utilizamos como fontes jornais do período como *Diário de Sergipe*, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, *Diário de Notícias* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ) e *Correio Paulistano* (SP). Além disso, fizemos uso de mensagens presidenciais, governamentais e relatórios produzidos por Hall referentes à educação rural brasileira, publicados nos boletins do INEP. Os periódicos sergipanos encontram-se no acervo do Diário Oficial do Estado de Sergipe (SEGRASE) e os paulista e carioca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>i</sup>. Os relatórios de Hall foram disponibilizados pelo Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC), a biblioteca do INEP<sup>ii</sup>.

Buscaremos, então, analisar a colaboração de Hall com o INEP dentro do contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos no período da Guerra Fria, identificando quais as propostas por ele apresentadas para o projeto brasileiro de educação rural e quais as possíveis incorporações realizadas nas escolas rurais sergipanas.

## **AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA NO PÓS-GUERRA- ROBERT KING HALL E AS MISSÕES CULTURAIS NORTE-AMERICANAS:**

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) representou a derrota das ditaduras fascistas, com a ocupação da Alemanha e do Japão. O mundo se viu diante de uma série de acontecimentos que chocou profundamente a humanidade: o holocausto e as bombas atômicas. Parecia urgente a construção de um mundo mais democrático.

No Brasil, a chamada Era Vargas, que começou em 1930, mostrava-se incapaz de sobreviver à nova ordem mundial que então surgia. Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e obrigado a entregar o governo. Em dezembro do mesmo ano, o candidato da coligação PSD/PTB, o General Eurico Gaspar Dutra, antigo ministro de guerra de Getúlio, venceu as eleições. Ao novo governante caberia a missão de organizar o país restabelecendo a democracia, através de eleições para governadores e prefeitos.

No plano internacional, o Presidente Dutra buscou uma maior aproximação com os países do Ocidente, em especial com os Estados Unidos, com quem firmou diversos acordos financeiros. Rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, num claro sinal de apoio incondicional aos estadunidenses. Além disso, buscou uma maior participação em órgãos internacionais, como as Nações Unidas.<sup>iii</sup>

Além dos acordos econômicos e comerciais estabelecidos com os EUA, o governo Dutra buscou também desenvolver um forte intercâmbio cultural, através da concessão de bolsas de estudo para estudantes e profissionais estrangeiros que desejassem estudar o Brasil. Da mesma forma, permitia que estudantes brasileiros, que se destacassem pudessem realizar cursos de aperfeiçoamento no país aliado. Neste contexto se inserem as visitas do professor Robert King Hall ao Brasil durante uma década.<sup>iv</sup>

Robert King Hall era professor de Educação Comparada do Teacher's College da Universidade de Colúmbia. Bacharel em Física e Matemática pela Lake Forest University (1933) e mestre em Física pela Universidade de Harvard (1935). Interessado pela área da educação fez cursos em Administração Escolar pela Universidade de Chicago (1936), Ciências Política pela Universidade de Columbia (1944) e Estudos Japoneses e Islâmicos pelas Escolas de Estudos Asiáticos de Nova York (1951). Fez doutorado em estudos sobre a educação latino-americana pela Universidade de Michigan (1941).

Ao longo dos anos 1940 e 1950, realizou uma série de cursos como professor visitante na Universidade Nacional do Chile, Universidade Nacionais de Tucumã e Córdoba, na Argentina, Universidade de Oxford, na Inglaterra, Universidade Mayor de São Marcos de Lima, no Peru, Universidade do Brasil, entre outras.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ele serviu na Marinha dos Estados Unidos, tendo sido Diretor Assistente da Escola Naval de Administração Militar, que funcionou junto à Universidade de Princeton. Durante a ocupação norte-americana no Japão exerceu as funções de Chefe da Seção de Educação do Estado Maior e de chefe da Reorganização do Sistema Educacional japonês. Em 1946, participou da organização de uma escola para diplomatas na República da Coreia.

Foi convidado, ainda, pelo governo do Irã para colaborar com as reformas de ensino empreendidas durante a década de 1940. No mesmo país, fez, ainda, parte de uma comissão norte-americana de estudos do iraquiano, chegando a chefiar, durante alguns meses, o grupo de pesquisadores.

Voltado para a área da educação, Hall buscou durante sua carreira, realizar pesquisas em diversos países, para conhecer de perto seus sistemas educacionais e organização dos mesmos.

Em todos os países pelos quais passou, desenvolveu vários trabalhos, palestras e estudos, sendo convidado, por diversas vezes, a colaborar com reformas educacionais empreendidas pelos governos locais.

Suas visitas ao Brasil começaram na década de 1930, quando veio a passeio e se interessou por conhecer melhor a educação nacional. Contudo, foi a partir da década de 1940 que começou a realizar uma série de viagens de estudo, com auxílios financeiros, através de bolsas concedidas pelos governos brasileiro e norte-americano.

Durante todo o período em que estudou a educação brasileira, Hall realizou viagens para o seu país de origem, onde desenvolvia suas atividades, e outras mais, a exemplo da Argentina, onde realizou diversas palestras. Para tanto, contava com um avião disponibilizado pela empresa Pan American Airways, que ficava a sua disposição para leva-lo dos EUA ao Brasil, e vice-versa.

Sua primeira viagem de pesquisa se deu em 1940, quando conheceu o Sul do Brasil, em visita a regiões de forte presença alemã e japonesa, buscando descobrir como estes grupos, tão diferentes dos brasileiros em idioma, língua e cultura conseguiam sobreviver e se adaptar a um meio tão diferente daquele a que estavam acostumados. Ainda no final da década de 1940, o pesquisador voltou ao Brasil, por seis meses, após ganhar uma bolsa do Instituto Brasil-Estados Unidos para pesquisar o ensino secundário brasileiro.

Robert King Hall foi, diversas vezes, entrevistado por jornais brasileiros, tanto para falar a respeito de suas pesquisas, quanto para declarar sua opinião sobre a situação educacional do Brasil, ou sobre a educação em geral. Em entrevista concedida ao jornal *A Ordem*, da cidade de Natal (RN), chegou a elogiar a posição do governo brasileiro em relação aos alemães e japonese que viviam no país.

O governo brasileiro adotou um método de lidar com os nazistas que poderia muito bem servir de exemplo para outras Nações. O Brasil reconheceu a futilidade dos esforços de tentar pela força essas pessoas a se tornarem bons brasileiros. Em troca, procura demonstrar que o estilo de vida brasileiro é melhor que o nazismo, abrindo escolas sociais modelos, no lugar de uma escola clandestina fechada pelo governo.<sup>v</sup>

É possível perceber, nas matérias dos jornais da época, a presença de um sentimento de cordialidade, amizade e solidariedade entre os governos brasileiro e estadunidense. Embora, nem sempre as relações fossem desta forma, visto que muitas vezes, as expectativas do governo brasileiro eram frustradas pelos interesses norte-americanos.

O que se verifica, ainda, da análise das fontes, são tentativas de ressaltar a iniciativa do governo norte-americano em colaborar com o desenvolvimento do Brasil. A todo o momento, as matérias jornalísticas tecem elogios aos pesquisadores que aqui chegavam, fazendo diversas entrevistas, cujos entrevistados mostrava bastante entusiasmo com o caminho seguido pelo Brasil.

Vale ressaltar, que não apenas Robert King Hall recebeu bolsas do governo brasileiro. Muitos outros pesquisadores norte-americanos realizaram viagens e pesquisas financiadas por vários institutos, contando com o apoio conjunto dos governos norte-americano e brasileiro. Além do Itamaraty, a Associação Brasileira de Educação e instituições brasileiras de ensino superior, a exemplo da Universidade do Brasil, financiaram viagens de Hall para realizar palestras sobre suas pesquisas.

Destacou-se, na época, o Instituto Brasil-Estados Unidos, como instituições que fornecia diversas bolsas a estudantes para realizações de estudos. Entre os professores que viajaram junto com Hall, estava o professor Edd W. Parks, da Universidade da Geórgia, que veio a convite da Faculdade Nacional de Filosofia para ministrar alguns cursos para alunos brasileiros.

Em 1948, novamente no Brasil, Hall realizou uma análise dos núcleos japoneses residente no país, diante da derrota japonesa na Segunda Guerra. Tal assunto interessava ao pesquisador, visto que ele foi enviado pelo governo estadunidense para colaborar no processo de reconstrução educacional japonesa no pós-guerra. Na oportunidade, Hall foi convidado por autoridades para visitar, em São Paulo, alguns núcleos da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, chegando a elogiar o projeto brasileiro de erradicar o analfabetismo.

Em entrevista para o jornal *Diário da Noite*, ao citar a medida, comparou o modelo brasileiro com o estadunidense, declarando que, “As classes de alfabetização têm, no seu país, igualmente a finalidade de ‘americanizar’ os estrangeiros que as frequentam, prestando, como os nossos excelentes serviços à obra necessária de integração completa do imigrante no sentimento nacional”.<sup>vi</sup>

Em junho de 1949, ainda no país, Hall foi convidado pelo Instituto Brasil-Estados Unidos e a Associação Brasileira de Educação a realizar, patrocinado pelas instituições, uma série de quatro palestras sobre educação, que foram realizadas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, com entrada franca. Todas as palestras foram proferidas em português. A pesquisa desenvolvida por ele sobre o ensino secundário recebeu auxílio do INEP. No final do mês, após receber uma homenagem do Instituto Brasil-Estados Unidos pelo trabalho desenvolvido, regressou aos EUA.



## **A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1940:**

O Brasil, no século XX, buscava desenvolver-se através do estímulo à industrialização e urbanização. Na década de 1940 houve um significativo crescimento das cidades e atividades industriais que atraíam as pessoas do campo em busca de melhores condições de vida. Crescia o debate em torno de questões ligadas à educação e à qualificação de uma mão-de-obra que pudesse atender às novas demandas do mercado de trabalho.

No campo da Educação, o país passou por uma série de reformas no Governo Vargas, a exemplo da Reforma Francisco Campos, em 1931. Ela responsável por organizar o ensino superior, comercial e secundário no Brasil. Contudo, a Educação Primária ficou durante muito tempo sem receber a atenção do governo federal, mais preocupado com o ensino profissionalizante. Resultado das exigências de mercado que se abriam no país. Com sua saída do ministério em 1934, Gustavo Capanema (1900-1985) tornou-se o responsável por dar continuidade às reformas.

A Reforma Capanema criou as chamadas Leis Orgânicas de Ensino<sup>vii</sup> que regulavam o ensino no país, teve destaque o ensino industrial, secundário, comercial, normal, primário e agrícola. Também criou o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. Estes cursos profissionalizantes, mantidos pelas empresas, deveriam atender aos alunos de baixa renda que visassem conseguir uma profissão, passando tal modalidade de ensino a ser desprezada pelas camadas média e alta da sociedade.

O governo Dutra deu continuidade à reformas no campo educacional lançando a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos e um Projeto Piloto de Construção de Escolas Primárias Rurais. O objetivo era oferecer a uma maior parcela da população brasileira uma educação formal para combater os altos índices de analfabetismo. Segundo censo de 1940, 56% da população acima dos 15 anos, no Brasil, não era alfabetizada.

Depois de muitos debates, em 1946, o governo federal lançou um programa de construção de escolas primárias rurais a serem criadas em todo o país. O projeto era coordenado pelo INEP, que distribuía os recursos aos estados e dava as diretrizes básicas para as construções e funcionamento dos grupos escolares. O objetivo era promover uma educação que pudesse formar pessoas qualificadas para atender às novas demandas do mercado de trabalho oriundos do processo de racionalização das atividades industriais e agrícolas.

Os Estados que não tinham condições de arcar com os custos das construções assinavam um convênio com o INEP pelo qual se comprometiam a construir um determinado número de escolas. O dinheiro era depositado em parcelas, numa conta do departamento estadual de educação ou órgão competente. Para efetivar o recebimento das parcelas, o governo estadual precisava cumprir as metas estipuladas pelo Ministério da Educação, que enviava fiscais para visitar e fiscalizar o andamento das obras.

A responsabilidade de administrar e de distribuir os fundos ficava a cargo do governo estadual. Assim que uma cidade era escolhida para receber uma escola rural, o INEP notificava à prefeitura, a quem cabia a responsabilidade de assinar os contratos de construções com empresas locais.

Um dos pontos importantes do modelo proposto era a escolha dos professores, que deveriam ser da própria localidade, alguém com laços familiares com o lugar, que compreendesse o ambiente da comunidade e nele estivesse integrado. O objetivo era selecionar professores que não sentiriam frustração e descontentamento de viver no campo.

Era, ainda, recomendada a contratação de professoras, consideradas, no período, ideais para exercer o magistério. Em *Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações das ex-normalistas (1920-1950)*, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003) analisa a formação de professoras nas escolas normais em Aracaju. Na obra, a autora destaca que o magistério era a única profissão aceita socialmente para as mulheres, pois a profissão era vista como um prolongamento das atividades maternas. Assim, se tornar professora passou a ser a saída para as jovens que desejavam se inserir no mercado de trabalho, especialmente para as moças pobres e órfãs.

Conseguir professoras para trabalhar nas zonas rurais era um problema para a execução do projeto. Primeiro, porque não havia docentes qualificados para atuarem no novo tipo de ensino que se propunha. Segundo, muitas famílias não permitiam a ida de mulheres para o interior, visto que isto implicaria em viver sozinhas e longe dos parentes.

A casa da professora e o prédio escolar eram concebidos como forma de servir de inspiração para a comunidade, representando um modelo de produtividade, simplicidade e beleza. A partir delas apresentavam-se valores de civilidade que poderiam ser reproduzidos na realidade rural.

Utilizando como base a teoria de processo civilizador do sociólogo alemão Norbert Elias, que fez uma análise sobre as mudanças de comportamento nas cortes europeias no final do século XVII, que culminaram na padronização dos costumes considerados civilizados e

que passaram a ser difundidos entre as sociedades ocidentais, podemos perceber que essa educação rural que se difundia no país tinha um papel civilizatório ao servir como um modelo educacional que visava formar cidadãos através do exemplo, propagando-se valores morais e produtivos.

Este processo de interiorização do sistema escolas buscava levar uma educação que combatesse o analfabetismo, consolidando uma noção de nacionalidade que valorizasse o meio rural, visando conter o êxodo e educando as pessoas para as atividades do campo, ensinando-as a serem mais produtivas. Assim, a fixação do homem no campo representava uma contribuição ao desenvolvimento econômico do país.

### **O CURSO DO PROFESSOR ROBERT KING HALL E AS VIAGENS A SERGIPE:**

Um dos problemas enfrentados pelo INEP no andamento do projeto se encontrava no fato de que não havia, no país, professores preparados para assumir o ensino rural. Na época, as escolas normais não possuíam um programa que preparasse profissionais para tal modalidade de ensino, sendo necessária a criação de escolas normais rurais,

Buscando uma alternativa para amenizar o problema, Murilo Braga decidiu propor a criação de um curso sobre educação rural, em forma de seminário, para professores de escolas rurais de todo o país. Para dirigi-lo, convidou Robert King Hall, que passou a trabalhar como colaborador com o órgão por cinco semanas, durante as quais realizaria o curso e visitaria Sergipe para conhecer o projeto ali em andamento.

O curso foi realizado entre 15 e 22 de dezembro de 1949. Nele, professores de todos os estados participaram com o auxílio de bolsas de estudos concedidas pelo INEP, que financiava as viagens e estadia dos docentes no Rio de Janeiro. Eles se inscreviam no departamento de educação estadual e participavam de uma seleção. O curso contou com a participação de 160 professores.

O seminário consistia na apresentação do tema pelo coordenador, no caso Hall, que dividia a turma em grupos de estudos. Cada equipe se reunia para discutir o tema e elaborava um relatório apresentando suas conclusões. Após a apresentação dos resultados, Hall resolvia as questões não concluídas no debate. Os temas debatidos durante o curso se relacionavam com a elaboração do programa para as escolas rurais, a preparação dos professores, o papel que a escola rural exercia na comunidade e a relação entre o desenvolvimento econômico e os padrões culturais.

Após o fim do curso, Murilo Braga, Hall e técnicos do INEP realizaram uma viagem a Sergipe para conhecer o projeto em execução. Tal acontecimento foi noticiado pelo *Diário de Notícias* de 15 de janeiro de 1950, no qual informava que “O Prof. King Hall percorreu o oeste e o norte de Sergipe, numa extensa região entre Aracaju e Paulo Afonso. Aracaju e Propriá, no Baixo São Francisco. Visitou vinte quatro escolas rurais, três grupos escolares e uma escola normal rural”.<sup>viii</sup>

A visita de Hall se deu num período no qual Sergipe passava por uma série de reformas educacionais, empreendida pelo governador José Rollemberg Leite, responsável pela construção de novas escolas por todo o estado. Quando assumiu o governo do estado em 1947, Sergipe contava com apenas três escolas secundárias, cinco grupos escolares em Aracaju, e doze no interior. Ao final de seu mandato, 218 escolas rurais, sete grupos e duas escolas normais foram construídas. Foram ainda criadas as faculdades públicas de Economia e Química, as primeiras do estado.<sup>ix</sup>

Ainda em 1946 foi assinado convênio com o governo federal para construção de escolas rurais em Sergipe. Ao assumir o governo, Rollemberg Leite incumbiu o professor Acrísio Cruz de dirigir o Departamento de Educação, passando este órgão a receber os fundos para a construção de escolas rurais pelo interior do estado. Por se tratar de um estado pequeno e com condições favoráveis ao projeto, visto que maioria da população vivia na zona rural, o estado passou a servir de Plano Piloto das Escolas Rurais.

Alguns Jornais de alcance nacional divulgaram o desenvolvimento do projeto. Por exemplo, o jornal *A Noite*, edição de 25/08/1947 que destacou Sergipe como

Um dos estados em que o plano vem se concretizando com invulgar eficiência, onde o Instituto Nacional de Ensino Pedagógicos, pondo em prática as determinações do governo federal, construiu mais de cem escolas novas, garantindo educação adequada a milhares de crianças.<sup>x</sup>

Na mesma matéria, Acrísio Cruz foi entrevistado para falar sobre a experiência sergipana. Sobre a importância do projeto, afirmou:

É, na verdade, um trabalho edificante, que merece ser realçado, porque, como bem poucos, vai ao encontro das necessidades do interior, levando às gerações novas do nosso hinterland os benefícios da educação primária que, dessa forma, transpõe os limites dos grandes centros para fixar-se com igual amplitude pelas vilas e povoados do Brasil rural.<sup>xi</sup>

No tocante a Sergipe, o entrevistado expõe que,

Basta dizer que em virtude do mesmo já aumentamos o nosso professorado, dando-lhe mais de cem elementos novos, para atender as necessidades criadas com a construção de novas escolas. Das 148 previstas para o interior de Sergipe, já se encontram concluídas e em funcionamento 130.

Sobre a importância do programa, a matéria destacou,

Suas consequências terão efeito dos mais salutareos ao problema do êxodo rural, pois, inculcando no espírito dos jovens o amor à terra e o entusiasmo pelos trabalhos do campo, contribuirá para fixar o homem ao seu ambiente natal, tornando-o menos sensível à atração dos grandes centros.<sup>xii</sup>

Em junho de 1950, Sergipe recebeu mais uma vez a visita de Robert King Hall. Agora para ministrar, durante oito dias, em Aracaju, um seminário sobre problemas de educação rural, o mesmo apresentado anteriormente no Rio de Janeiro.

O jornal *Diário de Sergipe* realizou a cobertura do curso, publicando algumas matérias a respeito. Em edição de 31/05/1950, o jornal divulgou o telegrama recebido pelo governador informando sobre a vinda de Hall ao estado. Lia-se o seguinte:

Rio, 26- Prazer comunicar ilustre amigo assentamos como justo prêmio ao grande esforço educacional do vosso estado realização de um Curso Rural nessa capital ministrado pelo eminente professor King Hall da Universidade de Colúmbia.  
Saudações Atenciosas  
Murilo Braga  
Diretor do INEP.<sup>xiii</sup>

O curso foi instalado no dia 10 de junho de 1950, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), contando com a presença de autoridades e professores da capital e do interior. No curso, Hall debateu problemas educacionais brasileiros, especialmente no tocante ao ensino rural.

Sobre sua experiência junto ao INEP, Robert King Hall produziu dois relatórios que foram publicados nos boletins do órgão. *Educação Rural* traça as diretrizes do curso ministrado por ele e indica como deveria ser organizada a escola rural. Em *A Nova Escola Primária Brasileira*, relata sua viagem a Sergipe e indica melhorias que poderiam ser incorporadas no projeto.

No relatório *A Nova Escola Primária Brasileira*, Robert King Hall fez uma narração da sua viagem a Sergipe, indicando como deveria ser organizada a escola rural. Entre algumas colocações, destacou a necessidade de criação de escolas normais rurais como,

Um meio de educar o professor rural na própria zona rural, evitando assim o grande perigo de que o professor, após o processo de formação profissional, na capital do estado ou em qualquer outra grande cidade, fique tão sofisticado e “urbanizado”, que não deseje regressar à zona rural.<sup>xiv</sup>

Ao falar sobre as características que uma escola rural deveria possuir, Hall destaca: 1) a presença nas escolas de jardins, hortas e criação de animais; 2) arquitetura das escolas que deveriam prezar pela simplicidade. Estas escolas deveriam, de preferência, se localizar numa colina ou morro, visando uma posição de destaque na comunidade.

O pesquisador também apresentou algumas sugestões para ajudar na continuidade do programa. Foram elas: 1. A continuidade do projeto até que se eliminasse a carência de escolas primárias no país; 2. A aceleração da formação de professores rurais para atender a demanda. 3. Promoção de seminários para professores rurais, onde se trabalhariam cursos de matérias técnicas e metodológicas que dessem a eles conhecimentos técnicos específicos a serem utilizados nas escolas; 4. O INEP deveria incluir o ensino de técnicas agrícolas e industriais domésticas, história, geografia, visando formar cidadãos com conhecimentos.

Foi ainda destacada a pouca bibliografia existente no Brasil sobre educação rural havendo a necessidade de tradução de obras de outros idiomas. Para Hall, os cursos deveriam sofrer uma reformulação, devendo estimular os professores a pensarem por si mesmos, ao invés de decorar ideias pré-concebidas.

Para Hall, o projeto estava colaborando de forma significativa para a melhoria da educação nacional, visto que levava educação às regiões mais afastadas do país. Contudo, ainda precisava de muitas modificações que visassem aperfeiçoar o ensino brasileiro.

Com relação a Sergipe, Hall destacou as cidades de Riachuelo, Divina Pastora e Maruim como as mais desenvolvidas no projeto de educação rural. Teceu elogios à administração de Rollemberg Leite e ao trabalho de Acrísio Cruz frente ao Departamento de Educação. Entretanto, no mesmo relatório, o pesquisador revelou alguns temores quanto ao projeto em andamento. Assim podemos enumerá-los: 1) utilização dos fundos do programa em troca de favores políticos; 2) falta de continuidade do projeto em virtude da rejeição ou modificação das diretrizes atuais, por um grupo político que passasse ao poder.

Entendendo a situação política do país, Hall temia que o projeto fosse utilizado por partidos políticos em benefício próprio, levando o projeto ao fracasso em termos educacionais.

Em sua visita ao Estado de Sergipe, Hall notou algumas especificidades do modelo sergipano que alteravam um pouco o projeto proposto pelo INEP. Porém, mesmo assim se mostrou entusiasmado com as mudanças no programa, cujo modelo demonstrava, segundo ele, o real interesse do governo em adaptar os esforços para empreender uma reforma educacional que contribuísse para melhorar a realidade estadual.

### **AS ESCOLAS RURAIS SERGIPANAS:**

Em Sergipe foram construídas em torno de 218 escolas rurais com o auxílio do governo federal, a partir do programa modelo do INEP. Cada uma destas escolas atendia cerca de 80 pessoas por dia, 40 pela manhã e 40 pela tarde.

O *Diário de Sergipe*, jornal situacionista, divulgou com frequência diversas informações referentes ao programa de educação rural. Em matéria de 16/01/1948, por exemplo, destacou a visita de Murilo Braga para conhecer as escolas rurais já construídas. O periódico informou ainda que “o insigne educador aproveitará a passagem por nossa terra para concluir os estudos sobre a localização de um escola normal rural, na zona oeste do estado”<sup>xv</sup>. Esta escola viria a ser a Escola Normal Rural Murilo Braga, construída em 1949.

O diretor de educação, Acrísio Cruz tornou-se figura de destaque em todo o país em função do grande número de escolas que o estado construía. Realizou inúmeras viagens ao Rio de Janeiro para audiências com Murilo Braga e o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, com vistas a discutir políticas educacionais para o estado. O *Diário de Sergipe* de 28 de abril de 1948 informa sobre o regresso de Cruz depois de participar, como orador, de uma reunião no Rio de Janeiro para discussão do Plano de Construção de Escolas Rurais.<sup>xvi</sup>

As escolas rurais sergipanas localizavam-se em povoados de difícil acesso a eletricidade, saneamento e transportes. Tais localidades, graças às construções das escolas, passaram a ser beneficiadas por estes serviços. Os povoados mais afastados de municípios como Itabaiana, Salgado, Divina Pastora, Rosário do Catete e Malhada dos Bois foram beneficiados com o acesso à educação para uma população composta essencialmente de analfabetos.

No entanto, diferentemente do modelo proposto pelo INEP, as escolas não foram construídas em morros ou colinas, mas sim o mais próximo possível de estradas, o que facilitava o acesso a elas, já que não havia uma rede de ônibus escolar para transportar os alunos, como indicava Hall. Mas, na maioria do proposto pelo projeto, os grupos escolares eram equipados com casa para professora, jardim, horta e espaços para criação de animais que serviam de modelo para as famílias dos alunos.

O governo buscou ainda dar a estas escolas um caráter mais rural. No currículo, eram introduzidas aulas de técnica de puericultura, exploração de hortaliças, entre outras atividades que ensinassem aos alunos a cuidar da terra e ajudar seus pais na produção. Matérias como história e francês tinham pouco ou nenhum espaço.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas estava no fato de que poucas professoras desejavam seguir para o interior, gerando dificuldade na formação de corpo docente. Grande parte das professoras era preparada através de um curso de educação rural, coordenado pelo professor Ribeiro Filho, que o Departamento de educação promovia, visando suprir a falta de pessoal especializado.

Estas professoras orientavam seus alunos para que eles fossem influenciando o meio em que viviam, levando conhecimentos e práticas, já que havia certa dificuldade em mudar a mentalidade da comunidade local, que tinha suas próprias técnicas e crenças.

As maiores dificuldades, contudo, não estavam na comunicação com a comunidade local, mas com o poder local, visto que muitos políticos e fazendeiros das regiões atingidas pelo programa buscavam utilizar as escolas como meio de desmandos políticos. Assim surgiam conflitos na escolha de professoras, por exemplo, cujos políticos locais tentavam a todo custo influenciar através de apadrinhamentos.

Com a saída de Rollemberg Leite do poder, em 1951, o projeto passou aos cuidados de outra equipe, que mudou as diretrizes, permanecendo estas escolas em funcionamento, mas assumindo diretrizes diferentes com relação a metodologia educacional. Passaram a ser escolas de alfabetização, e não escolas de caráter eminentemente rural.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O que de mais original se pôde perceber no modelo sergipano foi a tentativa de adaptar o plano do INEP a realidade local. Num estado eminentemente rural, com uma baixa taxa de escolaridade e quase nenhuma industrialização, estas escolas foram usadas como meio de colaborar com a melhoria da produção agrária, levando as comunidades orientações básicas sobre higiene, técnicas de agricultura que colaborassem com a produção doméstica da comunidade, apresentando uma diversificação muito menor que a proposta por Robert King Hall.

Estas escolas representaram muito na educação sergipana, visto que permitiram a ampliação da rede de escolas, estendendo o acesso à educação para as cidades e povoados do interior. Muitas delas ainda funcionam e atendem a dezenas de estudantes sergipanos, a exemplo da escola rural Murilo Braga, em Itabaiana, que deixou de ser uma escola normal rural, mas permanece sendo a principal escola estadual da cidade.

Depois da mudança de governo em 1951 e da morte do diretor do INEP, Murilo Braga, em 1952, o projeto de criação de escolas rurais assumiu novas diretrizes, sendo que em Sergipe o projeto inicial de educação rural foi praticamente abandonado, cabendo as escolas a prática de um ensino voltado para a alfabetização, nos moldes urbanos, sem buscar uma educação eminentemente rural, como desejava Acrísio Cruz.

Como se percebe os temores de Robert King Hall se realizaram. Mais uma vez, um projeto educacional brasileiro perdia suas diretrizes e caminhos em função de disputas políticas e mudanças de governo. O trabalho de Hall se mostrou de grande relevância, ao revelar as diversas falhas que o sistema educacional brasileiro apresentava, idealizando para o país uma educação padrão, baseada num modelo de sucesso nos EUA, mas que dificilmente se adequaria as realidades brasileiras.

Assim, entendemos a vinda do professor Robert King Hall a Sergipe como reflexo de dois processos: a estreita relação entre o Brasil e os EUA durante o governo Dutra, e o sucesso de um programa de nível nacional no estado. O primeiro, permitiu que pesquisadores norte-americanos se interessassem, cada vez mais, em estudar e conhecer o Brasil. Muitos deles, a exemplo de Hall, chegaram a ser financiados pelo governo norte-americano e brasileiro. O segundo, mostra como o comprometimento do governo local com as reformas educacionais, em curso no país, propiciou a Sergipe destaque nacional.

---

<sup>i</sup> Site para consulta: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

<sup>ii</sup> Os relatórios citados são: HALL, Robert King. Educação Rural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP: Rio de Janeiro, maio/agosto, 1950**; \_\_\_\_\_. A nova escola primária brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP: Rio de Janeiro, 1950**.

<sup>iii</sup> Informações contidas na Mensagem do Presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso Nacional, no ano de 1947, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

<sup>iv</sup> É importante destacar que um maior estreitamento nas relações Brasil- EUA teve início no período de guerra, quando uma possível aproximação do país com a Alemanha nazista passou a incomodar os norte-americanos. Autores como Mccann (1975) e Lochery (2014) abordam em seus trabalhos esta aliança que se deu no campo econômico, político e cultural. Podemos citar como exemplos, o financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), viagem do presidente Roosevelt ao Brasil (1943), criação do personagem Zé Carioca por Walt Disney, que esteve no Brasil em 1941 entre outros. Logo após o conflito, porém, se percebe uma menor atenção dos norte-americanos para com a América Latina, tendo se voltado para a reconstrução da Europa (GADDIS, 2006). Assim, foi possível perceber, no pós-guerra, uma maior colaboração com o Brasil no campo científico e cultural, com o forte intercâmbio de intelectuais e missões mistas que visavam elaborar projetos para o desenvolvimento brasileiro. Contudo, os investimentos financeiros não foram tão efetivos quanto o governo brasileiro esperava. Optamos por não abordar estas considerações visto que buscaremos dar atenção ao projeto de criação de escolas rurais.

<sup>v</sup> O papel que o Brasil desempenhará depois da guerra. **A Ordem**. Rio Grande do Norte. Terça-feira, 03 de agosto de 1943, ano VIII, nº 2.236, pg. 04.

<sup>vi</sup> Obra também nacionalizadora. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. Sábado, 24 de julho de 1948, ano XX, nº 4.709, pg. 05.

<sup>vii</sup> Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942, que organizou o ensino secundário; Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943, que reformou o ensino comercial; Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946, que organizou o ensino normal; Decreto-lei nº 8.621 e 8.622, de 10/01/1946, que criaram o SENAC e o Decreto-lei nº 9.613 de 20/08/1946, que organizou o ensino agrícola.

<sup>viii</sup> Bem impressionado com o ensino rural no Brasil. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. Domingo, 15 de janeiro de 1950, ano XX, nº 8.355, pg. 22.

<sup>ix</sup> Informações contidas na Mensagem do Governador José Rollemberg Leite a Assembleia Legislativa, no ano de 1951.

<sup>x</sup> Escolas rurais em Sergipe. **A Noite**. Rio de Janeiro. Segunda-feira, 25 de agosto de 1947, ano XXXVII, nº 12.652, pg. 07.

<sup>xi</sup> Ibidem.

<sup>xii</sup> Ibidem.

<sup>xiii</sup> Virá a Sergipe o eminente prof. Robert King Hall, da Universidade de Colúmbia, ministrar um curso de educação rural. **Diário de Sergipe**. Aracaju, Quarta-feira, 31 de maio de 1950, ano V, nº 2.049, pg. 01.

<sup>xiv</sup> HALL, Robert King. A Nova Escola Primária Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP: Rio de Janeiro, 1950**, pg. 03.

<sup>xv</sup> Murilo Braga. **Diário de Sergipe**. Aracaju. Sexta-feira, 16 de janeiro de 1948, ano V, nº 1.632, pg. 04.

<sup>xvi</sup> Regressa do Rio o prof. Acrísio Cruz. **Diário de Sergipe**. Aracaju. Quarta-feira, 28 de abril de 1948, ano V, nº 1.700, pg. 01.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, Luís Antônio. **Acrísio Cruz**: Antologia. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

BERGER, Miguel André. O ensino rural e a atuação do intelectual Acrísio Cruz. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p.165-173, jul/dez. 2011**

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional**: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da escola nova no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa. Rio de Janeiro, 1947.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 1, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 2, 1994.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 1995.

GADDIS, John Lewis. História da Guerra Fria. Tradução: Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 143-179.

GOFF, Jacques Le. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_ **História E Memória**. Tradução: Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Coleção Educação é História, 3).

HALL, Robert King. Educação Rural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP: Rio de Janeiro, maio/agosto, 1950.**

\_\_\_\_\_. Problemas de educação rural: curso promovido pelo INEP, 1949, a cargo do prof. Robert King Hall, da Columbia University, NY. Rio de Janeiro: **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1950, 105 p. (Boletim n. 47).**

\_\_\_\_\_. Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. INEP: Rio de Janeiro, 1950.**

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LOCHERY, Neill. **Brasil**: os frutos da guerra. Tradução: Lourdes Sette. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

---

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MENDES, Lilian Marta Grisolio. Aliança e recompensa: a política de alinhamento do governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria. OPISIS, Catalão, v.12, n.2, p.106-124, jul/dez. 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de história da educação**. São Cristóvão: Grupo de estudos e pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Coleção Educação é História, 1).

SANTOS, Isabel de Carvalho. **Colégio Estadual Murilo Braga, Itabaiana (1949-1999): uma contribuição à sua história**. 132f. Monografia (Graduação)- Programa de Qualificação Docente (PQD II): Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, Polo de Itabaiana, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio à Castelo**. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.